DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

JOSÉ LUAN DE CARVALHO

RESUMO
O desenvolvimento da primeira infância representa um marco essencial para a formação do ser humano, abrangendo aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais que se entrelaçam em um processo contínuo de construção da subjetividade e da identidade. Este artigo busca compreender as múltiplas dimensões que constituem essa fase, tomando como base as contribuições teóricas de autores clássicos como Piaget, Vygotsky, Wallon, Bronfenbrenner, Montessori, Freud e Malaguzzi, articuladas às orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo da Cidade de São Paulo.

O estudo, de caráter bibliográfico, fundamenta-se em análise documental e em revisões de literatura, priorizando obras que discutem o papel da educação infantil, da família e das políticas públicas na promoção do desenvolvimento integral. As evidências teóricas e empíricas revisadas indicam que os primeiros anos de vida são decisivos para a formação de vínculos afetivos, a aquisição da linguagem, a constituição da autonomia e a inserção cultural da criança.

Além disso, o artigo destaca a relevância da educação infantil como espaço de aprendizagem, convivência e proteção, considerando-a não apenas como uma etapa preparatória para o ensino fundamental, mas como um direito em si mesma, assegurado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Marco Legal da Primeira Infância.

Conclui-se que, diante dos desafios contemporâneos – como as desigualdades sociais, os impactos das tecnologias digitais e a necessidade de valorização da formação docente – é urgente pensar a primeira infância de forma intersetorial, integrando família, escola e Estado em ações que reconheçam a criança como sujeito de direitos e protagonista de seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Primeira infância; Educação infantil; BNCC; Currículo da Cidade.

1 INTRODUÇÃO

A primeira infância, compreendida do nascimento aos seis anos de idade, constitui um período decisivo para o desenvolvimento humano. Pesquisas no campo da psicologia, da pedagogia, da neurociência e da sociologia têm reiterado que os estímulos recebidos nessa fase influenciam de forma direta e duradoura a constituição das funções cognitivas, a regulação das emoções, a formação da personalidade e a capacidade de estabelecer relações sociais saudáveis (BRONFENBRENNER, 1996; VYGOTSKY, 1998).

Historicamente, a infância foi muitas vezes negligenciada, vista como uma etapa de menor relevância em relação à vida adulta. Somente a partir dos avanços da psicologia do desenvolvimento e das lutas sociais pelo reconhecimento dos direitos da criança é que se consolidou a compreensão de que a infância é um período singular e insubstituível, que demanda proteção, cuidado e investimento social (ARIÈS, 1981). Hoje, é consenso entre estudiosos que a qualidade das experiências vividas nos primeiros anos pode influenciar não apenas o desempenho escolar, mas também a saúde física e emocional ao longo da vida.

Nesse contexto, a educação infantil assume um papel fundamental, configurando-se como o primeiro espaço institucional de socialização e aprendizagem. Diferentemente de uma visão assistencialista, que marcava os primórdios das creches e pré-escolas no Brasil, a educação infantil contemporânea é reconhecida como a primeira etapa da educação básica, responsável por assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme estabelecido pela BNCC (BRASIL, 2017).

A relevância do tema também se expressa

em documentos normativos e legislações que regulamentam a educação e a proteção da infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016). Esses marcos legais reafirmam que o direito à educação de qualidade, ao cuidado e ao desenvolvimento integral deve ser assegurado a todas as crianças, independentemente de sua origem social, cultural ou econômica.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da primeira infância a partir das principais teorias do desenvolvimento humano, discutindo sua importância para a constituição da subjetividade, da aprendizagem e da cidadania. Busca- se ainda refletir sobre o papel da educação infantil e das políticas públicas na garantia do direito à infância, bem como sobre os desafios contemporâneos que se impõem nesse campo.

A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica, apoiada em autores clássicos e contemporâneos, além de documentos oficiais nacionais e internacionais que orientam as práticas educativas e políticas para a infância. O artigo está estruturado em cinco capítulos: no primeiro, apresentam-se os fundamentos teóricos do desenvolvimento; no segundo, discutem-se as contribuições da neurociência; no terceiro, analisa-se a função da educação infantil no desenvolvimento integral; no quarto, reflete-se sobre a família, a comunidade e as políticas públicas; e, no quinto, apontam-se os desafios contemporâneos e as perspectivas futuras.

Com essa abordagem, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e social sobre a centralidade da primeira infância no desenvolvimento humano, reforçando a necessidade de ações integradas que reconheçam a criança como sujeito de direitos e como protagonista de sua trajetória.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS D O DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

2.1 Concepções gerais sobre o desenvolvimento

O estudo do desenvolvimento infantil, especialmente no período da primeira infância, tem sido marcado por diferentes correntes teóricas que buscam explicar os processos pelos quais a criança constrói conhecimento, desenvolve sua afetividade e se insere no mundo social e cultural. A compreensão desse período como base estruturante da vida humana não é consensual em todos os momentos históricos, mas, a partir do século XX, consolidou-se um campo específico de pesquisa que envolve psicologia, pedagogia, sociologia e neurociências.

Nesse contexto, as teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky ocupam lugar central, oferecendo referenciais que, apesar de distintos, complementam-se ao explicar como ocorre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Ambos os autores reconhecem a criança como sujeito ativo, capaz de interagir com o meio e construir significados, embora apresentem diferentes ênfases sobre os mecanismos que sustentam esse processo.

2.2 Jean Piaget e a perspectiva construtivista

Jean Piaget (1896–1980), biólogo e epistemólogo suíço, é considerado um dos maiores expoentes da psicologia do desenvolvimento. Sua teoria, conhecida como construtivismo, parte da ideia de que o conhecimento não é simplesmente transmitido ao sujeito, mas construído ativamente por meio das interações com o ambiente.

Segundo Piaget (1975), o desenvolvimento cognitivo ocorre em estágios sucessivos, cada um caracterizado por formas específicas de pensamento e de relação com o mundo. No que diz respeito à primeira infância, dois estágios são fundamentais:

1. Estágio sensório-motor (0 a 2 anos): nesse período, a criança aprende por meio das ações motoras e das percepções sensoriais. É quando começa a compreender a permanência do objeto, ou seja, que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis. Essa conquista é um marco na construção da noção de realidade.
2. Estágio pré-operatório (2 a 6 anos):

caracteriza-se pelo uso crescente da linguagem e pelo desenvolvimento da função simbólica, que permite à criança brincar de faz de conta, representar e imaginar. Contudo, o pensamento ainda é marcado pelo egocentrismo, pela irreversibilidade e pela dificuldade em compreender o ponto de vista do outro.

Para Piaget, a aprendizagem está diretamente relacionada aos processos de assimilação (integração de novos conhecimentos em esquemas já existentes) e acomodação (ajuste dos esquemas em função das novas experiências). Assim, o desenvolvimento cognitivo é fruto da constante adaptação do sujeito ao meio.

A contribuição piagetiana foi fundamental para que se reconhecesse a criança como um ser em constante construção, capaz de elaborar hipóteses e resolver problemas a partir de suas interações. Essa perspectiva influenciou fortemente as práticas pedagógicas na educação infantil, destacando a importância do brincar, da experimentação e da exploração ativa como meios de aprendizagem.

No entanto, algumas críticas foram direcionadas a Piaget, especialmente no que diz respeito à rigidez dos estágios de desenvolvimento e à pouca consideração do papel do contexto social e cultural. É nesse ponto que a teoria de Lev Vygotsky traz uma contribuição decisiva.

2.3 Lev Vygotsky e a perspectiva histórico-cultural

Lev S. Vygotsky (1896–1934), psicólogo soviético, desenvolveu uma abordagem histórico-cultural que atribui à linguagem, ao contexto social e à cultura um papel central no desenvolvimento humano. Para Vygotsky, o aprendizado precede e impulsiona o desenvolvimento, diferentemente de Piaget, que via o desenvolvimento como pré- requisito da aprendizagem (VYGOTSKY, 1998).

O conceito mais conhecido de sua teoria é o da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como a distância entre aquilo que a criança já é capaz de realizar sozinha e aquilo que pode realizar com a ajuda de um adulto ou de pares mais experientes. A ZDP evidencia que o potencial de aprendizagem vai além do que a criança consegue demonstrar em determinado momento, e que a mediação social é fundamental para sua evolução.

Outro aspecto central em sua teoria é a valorização da linguagem como instrumento mediador do pensamento. Para Vygotsky, a linguagem inicialmente cumpre uma função comunicativa, mas, gradualmente, transforma-se em linguagem interna, possibilitando à criança organizar seu pensamento e planejar ações.

A visão vygotskiana amplia a compreensão do desenvolvimento infantil ao mostrar que o processo de aprendizagem não ocorre em isolamento, mas sempre em interação com o outro. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço privilegiado de mediação cultural, em que professores e colegas contribuem para que a criança avance em seu percurso de aprendizagem.

Do ponto de vista pedagógico, a teoria de Vygotsky reforça a importância da escuta da criança, da valorização do diálogo e da proposição de atividades desafiadoras, que estejam além do que ela consegue realizar sozinha, mas que possam ser alcançadas com apoio. Essa abordagem está em consonância com os princípios da BNCC (BRASIL, 2017), que assegura à criança o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

2.4 Convergências e divergências entre Piaget e Vygotsky

Embora apresentem diferentes perspectivas, Piaget e Vygotsky compartilham a ideia de que a criança é protagonista de seu desenvolvimento. Ambos rejeitam concepções passivas de aprendizagem, que enxergam a criança como receptora de conteúdos.

No entanto, divergem quanto à ênfase dada ao processo. Enquanto Piaget centra sua te-

oria na interação da criança com o ambiente físico e nos mecanismos internos de adaptação, Vygotsky destaca o papel da cultura, da linguagem e das interações sociais como motores do desenvolvimento.

Essas diferenças, longe de se anularem, oferecem uma visão mais ampla sobre a primeira infância. Ao mesmo tempo em que a criança constrói conhecimentos a partir de suas ações e descobertas, ela também é profundamente influenciada pelas relações sociais, pelas práticas culturais e pelas oportunidades educativas que lhe são oferecidas.

2.5 Henri Wallon e a centralidade da afetividade

Henri Wallon (1879–1962), psicólogo francês, destacou a importância da dimensão afetiva no desenvolvimento infantil. Para ele, a criança não pode ser compreendida apenas por seu aspecto cognitivo, mas deve ser considerada em sua totalidade, integrando corpo, emoção, inteligência e meio social (WALLON, 2007).

Wallon estruturou sua teoria a partir de estágios do desenvolvimento, nos quais diferentes funções predominam:

- Estágio impulsivo-emocional (0 a 1 ano): marcado pela predominância da afetividade, em que a criança depende fortemente do outro para sobreviver e se desenvolver.
- Estágio sensório-motor e projetivo (1 a 3 anos): o movimento e a exploração do espaço tornam-se centrais, permitindo novas formas de interação.
- Estágio do personalismo (3 a 6 anos): ocorre a construção da identidade e da consciência de si, marcada pela oposição e pelo desejo de afirmação.

A grande contribuição walloniana foi evidenciar que a afetividade não é um elemento secundário, mas constitutivo do processo de aprendizagem. A relação da criança com professores, familiares e colegas impacta diretamente sua motivação e sua capacidade de aprender. Na educação infantil, isso se traduz na necessidade de práticas pedagógicas que acolham as emoções, validem sentimentos e construam vínculos de confiança.

2.6 Urie Bronfenbrenner e a teoria bioecológica

Urie Bronfenbrenner (1917–2005), psicólogo russo-americano, desenvolveu a teoria bioecológica do desenvolvimento humano, que considera a criança como ser ativo em constante interação com diferentes contextos.

Segundo Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento ocorre em sistemas interdependentes:

- Microssistema: ambiente imediato da criança (família, escola, vizinhança).
- Mesossistema: interações entre os microssistemas (ex.: relação família-escola).
- Exossistema: ambientes que influenciam a criança indiretamente (trabalho dos pais, políticas de bairro).
- Macrossistema: valores, crenças, cultura e ideologias da sociedade.
- Cronossistema: dimensão temporal, que inclui mudanças históricas e transições de vida.

Essa abordagem amplia a compreensão da infância ao mostrar que o desenvolvimento não depende apenas das características individuais da criança ou do ambiente escolar, mas de um conjunto de fatores sociais, culturais e históricos. Assim, para promover a primeira infância, é necessário articular políticas públicas intersetoriais que contemplem educação, saúde, assistência social e cultura.

2.7 Freud e a dimensão psicossexual

Sigmund Freud (1856–1939), pai da psicanálise, também contribuiu para a compreensão da infância ao propor sua teoria do desenvolvimento psicossexual. Embora sua abordagem seja alvo de críticas, ela foi decisiva para que a infância passasse a ser vista como etapa de importância fundamental na constituição do sujeito.

Para Freud (1996), o desenvolvimento humano ocorre em fases: oral, anal, fálica, latência e genital. Na primeira infância predominam as fases oral, anal e fálica, nas quais a criança vivencia diferentes formas de satisfação e de relação com o corpo e com o outro.

A relevância da teoria freudiana está em mostrar que experiências precoces, sobretudo na relação com cuidadores, influenciam profundamente a vida psíquica. No campo educacional, essa visão reforça a importância de ambientes seguros, acolhedores e afetivos, que contribuam para a formação de um sujeito saudável emocionalmente.

2.8 Maria Montessori e a pedagogia da autonomia

Maria Montessori (1870–1952), médica e educadora italiana, desenvolveu uma proposta pedagógica centrada na autonomia da criança. Para ela, a educação deve respeitar os ritmos individuais e favorecer a autoeducação por meio da exploração do ambiente (MONTESSORI, 2004).

O método montessoriano organiza o espaço educativo de forma a permitir que a criança escolha atividades, manipule materiais e aprenda pela experiência. A função do educador é de observador e facilitador, que oferece suporte sem interferir excessivamente.

Na primeira infância, essa abordagem valoriza a liberdade com responsabilidade, a concentração, o desenvolvimento sensorial e motor, e a independência nas atividades cotidianas. Ainda hoje, suas ideias inspiram práticas pedagógicas voltadas ao protagonismo infantil, em consonância com o princípio da BNCC de reconhecer a criança como sujeito de direitos.

2.9 Loris Malaguzzi e a pedagogia das cem linguagens

Loris Malaguzzi (1920–1994), pedagogo italiano, foi o principal articulador da abordagem de Reggio Emilia, reconhecida mundialmente como uma das propostas mais inovadoras da educação infantil. Sua concepção parte da ideia de que a criança possui "cem linguagens" para expressar-se – por meio da fala, do desenho, da música, do movimento, da dramatização, entre outras formas (MALAGUZZI, 2016).

Essa visão rompe com a ideia de infância como etapa de preparação, valorizando-a como momento pleno de produção cultural. O ambiente escolar é entendido como "terceiro educador", junto com adultos e pares, devendo ser organizado de modo a estimular a criatividade, a curiosidade e a cooperação.

Malaguzzi enfatiza ainda a escuta ativa do educador, que deve observar, documentar e refletir sobre as interações, de forma a planejar experiências significativas. Tal perspectiva dialoga com o Currículo da Cidade de São Paulo (2019), que defende práticas pedagógicas baseadas na escuta, na participação e no brincar como direito.

2.10 Síntese dos aportes teóricos

Os autores analisados oferecem diferentes lentes para compreender a primeira infância:

- Piaget ressalta a construção ativa do conhecimento pela criança.
- Vygotsky destaca a mediação social e a centralidade da linguagem.
- Wallon evidencia a afetividade como constitutiva do desenvolvimento.
- Bronfenbrenner amplia a análise ao contexto social e cultural.
- Freud mostra a influência das experiências precoces na vida psíquica.
- Montessori valoriza a autonomia e a autoeducação.
- Malaguzzi reconhece a multiplicidade de formas de expressão da criança.

Em conjunto, essas perspectivas permitem compreender a primeira infância como fase complexa, multidimensional e decisiva para a trajetória humana, exigindo abordagens pedagógicas e políticas públicas que considerem a integralidade da criança.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA NEUROCIÊNCIA

PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Os avanços da neurociência nas últimas décadas trouxeram contribuições fundamentais para a compreensão do desenvolvimento na primeira infância. Pesquisas apontam que os primeiros anos de vida são caracterizados por intensa plasticidade cerebral, período em que se formam milhões de conexões sinápticas por segundo, influenciadas pelas experiências vividas pela criança (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000).

Essa plasticidade garante que estímulos de qualidade – como interações afetivas, brincadeiras, exploração do ambiente e acesso a linguagens diversas – favoreçam o fortalecimento das conexões neurais, enquanto situações de negligência, privação de estímulos ou exposição a estresse tóxico podem comprometer o desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

A neurociência, portanto, reforça o que pedagogos e psicólogos já afirmavam: a infância é uma etapa sensível, na qual os vínculos afetivos, a segurança emocional e a estimulação adequada são determinantes para o desenvolvimento integral. Esse entendimento também embasa políticas públicas, como o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016), que enfatiza a necessidade de investimentos intersetoriais em saúde, educação e proteção social.

4 A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A educação infantil, reconhecida pela Constituição Federal e regulamentada pela LDB (Lei nº 9.394/1996), representa a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), esse desenvolvimento deve ser assegurado por meio de seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Tais direitos sintetizam o papel da escola como espaço de convivência e de experimentação, em que a criança não apenas aprende conteúdos, mas constrói sua identidade e se reconhece como sujeito social.

O Currículo da Cidade de São Paulo (2019) reforça essa perspectiva ao enfatizar a importância do brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas, aliado à escuta atenta e à valorização das múltiplas linguagens infantis. Nesse sentido, a educação infantil não deve ser entendida como preparação para o ensino fundamental, mas como etapa singular, com objetivos próprios, que contribui para o desenvolvimento integral.

Dessa forma, a articulação entre os achados da neurociência e as práticas pedagógicas revela que investir na educação infantil é investir em toda a trajetória futura da criança, ampliando suas possibilidades de aprendizagem, socialização e bem-estar.

5 FAMÍLIA, COMUNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A família é reconhecida como o primeiro e mais importante espaço de socialização e aprendizagem da criança. É nela que se constroem os vínculos afetivos primários, fundamentais para o desenvolvimento emocional e cognitivo. Desde o nascimento, as interações com pais, mães ou cuidadores influenciam a constituição da personalidade e a formação de um sentimento de segurança que servirá de base para futuras aprendizagens (WINNICOTT, 1993).

Contudo, a família não pode ser vista de forma isolada. O desenvolvimento infantil é também resultado da interação entre diferentes contextos, conforme nos mostra a teoria bioecológica de Bronfenbrenner (1996). Nesse sentido, a comunidade em que a criança está inserida – com seus valores, práticas culturais e oportunidades – exerce papel significativo em seu processo formativo.

As políticas públicas têm a função de assegurar que todas as crianças, independentemente de sua origem, tenham acesso a condições dignas de vida, saúde e educação.

No Brasil, a proteção integral à infância está garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), pelo Plano Nacional de Educação (2014–2024) e pelo Marco Legal da Primeira Infância (2016), que estabelece princípios e diretrizes para a promoção de ações intersetoriais.

Um dos maiores desafios é a desigualdade social, que impacta diretamente o acesso a creches, escolas de qualidade, atendimento em saúde e oportunidades culturais. Crianças em contextos de vulnerabilidade enfrentam maiores riscos de abandono escolar, problemas de saúde e dificuldades de aprendizagem (CAMPOS, 2012). Por isso, políticas públicas universais e equitativas são essenciais para reduzir tais disparidades.

6 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS

A primeira infância enfrenta desafios específicos no século XXI, decorrentes de mudanças sociais, tecnológicas e econômicas. Entre os principais, destacam-se:

1. Desigualdade e exclusão social: apesar dos avanços legais, muitas crianças ainda vivem em contextos de pobreza extrema, sem acesso a condições mínimas de sobrevivência e aprendizagem. Isso exige políticas redistributivas e maior investimento em programas de apoio à infância.
2. Impacto das tecnologias digitais: o uso precoce e desregulado de telas pode prejudicar o desenvolvimento motor, social e afetivo da criança. Contudo, quando mediado de forma responsável, o contato com recursos digitais pode ampliar repertórios culturais e favorecer a aprendizagem (CORDES; MILLER, 2000).
3. Formação e valorização docente: o trabalho dos professores da educação infantil continua sendo um dos pontos mais delicados. A sobrecarga, a precarização e a falta de reconhecimento social comprometem a qualidade da educação ofertada nos primeiros anos. Investir em formação continuada, melhores condições de trabalho e salários justos é essencial.
4. Reconhecimento da criança como sujeito de direitos: embora presente em documentos oficiais, essa concepção ainda precisa se consolidar na prática cotidiana das instituições, superando visões adultocêntricas que desconsideram a voz e a participação infantil.
5. Intersetorialidade das políticas públicas: o desenvolvimento integral da criança não depende apenas da escola, mas de ações articuladas entre saúde, assistência social, cultura e lazer. Experiências internacionais mostram que países que investem de forma consistente em políticas integradas para a primeira infância apresentam melhores indicadores de desenvolvimento humano.

Diante desses desafios, a perspectiva é que a primeira infância continue ocupando lugar central nas agendas acadêmicas, sociais e políticas, reconhecendo-se que investir nos primeiros anos de vida é investir no futuro de toda a sociedade.

7 CONCLUSÃO

A análise do desenvolvimento da primeira infância evidencia sua centralidade para a formação do ser humano em suas múltiplas dimensões: cognitiva, afetiva, social, motora e cultural. Os referenciais teóricos estudados – Piaget, Vygotsky, Wallon, Bronfenbrenner, Freud, Montessori e Malaguzzi – demonstram que o processo de desenvolvimento é complexo, dinâmico e depende tanto das interações internas da criança quanto das experiências sociais e culturais que lhe são oferecidas.

As contribuições da neurociência reforçam essa compreensão ao mostrar que os primeiros anos de vida correspondem a um período de elevada plasticidade cerebral, no qual experiências positivas podem potencializar o aprendizado e experiências negativas podem comprometer seriamente o desenvolvimento.

A educação infantil, nesse contexto, assume papel fundamental. Não se trata apenas de um espaço de preparação para o ensino fundamental, mas de uma etapa autônoma, reconhecida pela Constituição Federal e pela BNCC, que garante direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O Currículo da Cidade de São Paulo, assim como outras pro-

postas curriculares, reafirma a importância do brincar, da escuta e da valorização das múltiplas linguagens infantis.

Entretanto, o pleno desenvolvimento das crianças depende de ações integradas entre família, escola e Estado. Políticas públicas intersetoriais, como as previstas no Marco Legal da Primeira Infância, são indispensáveis para assegurar condições de cuidado, proteção e aprendizagem a todas as crianças, especialmente às que vivem em contextos de vulnerabilidade.

Diante dos desafios contemporâneos – como a desigualdade social, os impactos das tecnologias digitais e a necessidade de valorização docente – é urgente repensar práticas pedagógicas, políticas e sociais que garantam à criança o direito de viver plenamente sua infância. Investir na primeira infância é investir no futuro da sociedade, uma vez que cada criança que tem seus direitos respeitados representa a possibilidade de um mundo mais justo, humano e solidário.

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento da primeira infância deve ser compreendido como responsabilidade coletiva, envolvendo família, escola, comunidade e Estado, de modo a assegurar que cada criança seja reconhecida como sujeito de direitos e protagonista de sua história.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Senado Federal, 2014.

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 1996.

CAMPOS, Maria Malta. Educação infantil: múltiplas dimensões. São Paulo: Cortez, 2012.

CORDES, Colleen; MILLER, Edward. Fool's gold: a critical look at computers in childhood. College Park: Alliance for Childhood, 2000.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MALAGUZZI, Loris. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Penso, 2016.

MONTESSORI, Maria. A descoberta da criança. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975.

SÃO PAULO (Município). Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019.

SHONKOFF, Jack P.; PHILLIPS, Deborah A. (Org.). From neurons to neighborhoods: the science of early childhood development. Washington: National Academy Press, 2000.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
WALLON, Henri. Psicologia e educação da infância. Lisboa: Estampa, 2007.
WINNICOTT, Donald W. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artmed, 1993.